



Vértices (Campos dos Goitacazes)  
ISSN: 1415-2843  
ISSN: 1809-2667  
essentia@iff.edu.br  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
Fluminense  
Brasil

## ***O programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível stricto sensu (2013-2021)***

Azevedo, Marcio Adriano de; Duarte, Tathiane Torres da Silva; Araújo, Sandyea Francione Silva  
*O programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível stricto sensu (2013-2021)*

Vértices (Campos dos Goitacazes), vol. 24, núm. 2, 2022

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Brasil

**Disponível em:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=625772431023>

**DOI:** <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p601-621>

Este documento é protegido por Copyright © 2022 pelos autores.



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.


Dossiê Temático: “A pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica: temas, abordagens e fontes”

## *O programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível stricto sensu (2013-2021)*

*Mulheres Mil program as a professional education public policy: survey and descriptors of academic productions at the stricto sensu postgraduation level (2013-2021)*

*El programa Mujeres Mil como política pública de educación profesional: levantamiento y descriptors de las producciones académicas a nivel stricto sensu (2013-2021)*

Marcio Adriano de Azevedo <sup>1</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio  
Grande do Norte (IFRN), Brasil  
marcio.azevedoifrn@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1964-786X>

DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p601-621>  
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=625772431023>

Tathiane Torres da Silva Duarte <sup>2</sup>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio  
Grande do Norte (IFRN), Brasil  
tathyanetorres@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1771-3512>

Sandyeve Francione Silva Araújo <sup>3</sup>  
Observatório em Políticas Públicas em Educação  
Profissional (OppEP-IFRN/CNPq), Brasil  
sandyevasilva15@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2002-9217>

Recepción: 18 Febrero 2022  
Aprobación: 08 Agosto 2022

### RESUMO:

O artigo tem como objetivo levantar a produção acadêmica em torno do Programa Mulheres Mil, como resultado de pesquisas concluídas ou em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN, tendo a opção teórico-metodológica de análises bibliográfica e documental, com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2013-2021), cujos procedimentos decorrem da abordagem da pesquisa qualitativa. Como política pública de educação profissional, o Programa foi inicialmente formulado e implementado como experiência-piloto em 13 estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, mediante acordo estabelecido com o Canadá, a partir de 2007. Inicialmente o objetivo seria promover a formação profissional e tecnológica para mil mulheres, originárias das regiões Norte e Nordeste do País, até o ano de 2010. Em 2011, o MEC institucionalizou em nível nacional o Programa, visando qualificar 100 mil mulheres em vulnerabilidade social, até 2014. Os resultados parciais mostram que as pesquisas sobre o Mulheres Mil ainda são incipientes para indicar os resultados da sua implementação e da consecução dos objetivos em relação ao desenho original.

### NOTAS DE AUTOR

- <sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Natal/RN – Brasil. E-mail: marcio.azevedoifrn@gmail.com.
- <sup>2</sup> Mestre em Educação Profissional (PPGEP) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Natal/RN – Brasil. E-mail: tathyanetorres@yahoo.com.
- <sup>3</sup> Mestre em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Membro do Observatório em Políticas Públicas em Educação Profissional (OppEP-IFRN/CNPq) – Natal/RN – Brasil. E-mail: sandyevasilva15@gmail.com.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Mulheres Mil, Política Pública, Educação Profissional, Pesquisas, CAPES.

## **ABSTRACT:**

The article aims to collect the academic production about the Mulheres Mil Program, as part of already finished or ongoing researches within the context of the Postgraduation Program in Professional Education (TVET) at IFRN, having as the theoretical-methodological option the bibliographic and documentary analysis, based on the CAPES' Database of Theses and Dissertations (2013-2021), whose procedures derive from the qualitative research approach. As a professional education public policy, the program was initially conceived and implemented as a pilot project in thirteen states in the North and Northeast regions of Brazil, through an agreement established with Canada, starting in 2007. Initially, the objective would be promoting professional and technical qualification for 1,000 women from the North and Northeast regions of the country until the 2010. In 2011, MEC Ordinance institutionalized the program at a national level, aiming to qualify 100,000 women in social vulnerability, until 2014. The partial results show that research on the Mulheres Mil is still incipient to indicate the results of its implementation and the achievement of the objectives regarding the original design.

**KEYWORDS:** Mulheres Mil Program, Public Policy, Professional Education (TVET), Research, CAPES.

## **RESUMEN:**

El artículo tiene como objetivo identificar la producción académica al entorno del programa Mulheres Mil, como resultados de estudios finalizados o en progreso en el ámbito del programa de Posgrado en Educación Profesional del IFRN, teniendo la opción teórico-metodológica de análisis bibliográfica y documental, con base en el catálogo de tesis y disertaciones de la CAPES (2013-2021), cuyos procedimientos resultan de abordaje de pesquisas cualitativas. Como política pública de educación profesional, el programa fue inicialmente formulado e implementado como experiencia piloto en 13 Estados de las regiones Norte y Nordeste de Brasil, mediante acuerdo establecido con Canadá, a partir de 2007. Inicialmente el objetivo sería promover la formación profesional y tecnológica para mil mujeres, originarias de las regiones Norte y Nordeste del País, hasta el año de 2010. En 2011, un Boletín del MEC, institucionalizó el programa en ámbito nacional, visando cualificar 100 mil mujeres en vulnerabilidad social hasta el 2014. Los resultados parciales demuestran que las investigaciones acerca de Mujeres Mil todavía son incipientes para indiciar los resultados de su implementación y consecución de los objetivos en relación al diseño original.

**PALABRAS CLAVE:** Programa Mulheres Mil, Política Pública, Educación Profesional, Investigaciones, CAPES.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo decorre de pesquisas em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PPGEP/IFRN, problematizando e apresentando alguns resultados de pesquisas qualitativas, ainda que parciais, ao se ancorar, metodologicamente, na revisão bibliográfica e na análise documental, com enfoque na implementação das políticas públicas, sendo o caso particular do Programa Mulheres Mil uma iniciativa com a finalidade de atender o público-alvo de mulheres em vulnerabilidade social.

O objetivo, pois, é o de levantar a produção acadêmico-científica sobre o Programa Mulheres Mil no âmbito da educação profissional, a partir de Dissertações e Teses, compreendendo o período de 2013 a 2021, mapeando as pesquisas que se utilizaram de metodologia de avaliação de políticas públicas em seu suporte de investigação.

A revisão foi realizada, neste sentido, a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se dos descritores “Programa Mulheres Mil” e “Programa Nacional Mulheres Mil”, cujas buscas e pesquisas foram iniciadas em junho de 2019 e finalizada em novembro de 2021, sendo localizadas um total de 68 produções para esses descritores, em que os trabalhos contemplados por ambos foram registrados apenas uma vez.

## 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PROCESSOS, DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS

As discussões em torno das políticas públicas têm a sua gênese a partir dos anos de 1930, nos Estados Unidos da América, quando a ação estatal, em particular a governamental, assumiu um papel significativo no desenvolvimento do sistema capitalista, por meio de medidas como o controle da moeda e da força de trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, por conseguinte, o debate sobre o assunto transitou no âmbito do direito público e da economia institucional, e, a partir dos anos de 1950, afloraram discussões acerca das análises de políticas públicas à luz da ciência política. Na Europa, especificamente na Alemanha, por exemplo, “[...] a preocupação com determinados campos de políticas só toma força a partir dos anos de 70, quando com a ascensão da socialdemocracia o planejamento e as políticas setoriais foram estendidos significativamente” (FREY, 2000, p. 214).

Nos anos de 1980, portanto, os estados norte-americanos adotaram a iniciativa de criar o grupo temático de políticas públicas por meio da *Associação Americana de Ciência* (1983), e, nos anos de 1990, a economia foi incorporada às análises de políticas públicas. Nos anos 2000, por sua vez, o enfoque na análise de políticas públicas ganhou mais notoriedade em torno da fase da agenda, em particular naqueles países que desenvolveram políticas restritivas de gastos, sobretudo aqueles considerados pelos organismos multilaterais em fase de desenvolvimento.

Nessa direção, Frey (2000) explicita alguns conceitos básicos e abordagens de análise de políticas públicas, além de suas implicações político-administrativas em países como o Brasil. Para defini-las conceitualmente, pois, têm-se adotado, no âmbito da ciência política, os termos *polity* (instituições públicas), *politics* (processos políticos) e *policy* (conteúdos da política), assim conceituadas por Frey (2000):

A dimensão institucional *polity* se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; no quadro da dimensão processual *politics*, tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição; a dimensão material *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000, p. 217, grifos do autor).

Logo, percebe-se que a análise de políticas públicas se preocupa com o grau de influência de suas estruturas (*polity*) e dos processos de negociação (*politics*) sobre os resultados materiais que se julgam concretos (*policy*). Assim, ainda no campo dessas concepções, destacam-se as disputas políticas, econômicas e ideológicas, bem como outras formas que expressam relações de força e de poder, sempre que traduzem as suas marcas nos programas, repousando “[...] em orientações e preferências, envolvendo cálculos estratégicos, escolhas e decisões por parte dos agentes que o conduzem e o implementam ou dele se beneficiam” (DRAIBE, 2001, p. 27).

Desse modo, entrecruzam-se relações de forças em âmbito nacional, regional e local, sobretudo no processo de formulação e de implementação de políticas. Ao discutir sobre a problemática, Arretche (2001) destaca que, no Brasil, os programas de ação pública são formulados e implementados por meio de um processo de integração entre vários níveis de governo e de agentes não governamentais, quando diz que, “[...] atualmente, raros são os programas que não são implementados no contexto de um sistema de relações intergovernamentais e de parcerias as mais diversas com a sociedade civil” (ARRETCHÉ, 2001, p. 54). Essas interações geram, por conseguinte, conflitos e coalizões na esfera político-administrativa, de modo que, geralmente, os membros “[...] acabam criando laços internos de solidariedade, o que lhes possibilita se defender e agir contra os outros *policy networks*, considerados concorrentes” (FREY, 2000, p. 222, grifo do autor).

A respeito da análise na concepção de arena política (*policy arena*)<sup>1</sup>, há o pressuposto de que “[...] as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipativo para o processo

político de decisão e de implementação” (FREY, 2000, p. 223). Nessa direção, Souza (2006a) discorre que há diferentes formas de apoiar ou de rejeitar as iniciativas políticas por parte dos chamados planejadores, beneficiários, sujeitos ou interessados pelas políticas, e que os conflitos e as disputas no âmbito das decisões passam por diferentes arenas, destacando-se quatro dimensões, a saber:

O primeiro [aspecto] é o das *políticas distributivas*, cujas decisões são tomadas pelo governo, que consideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das *políticas regulatórias*, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das *políticas redistributivas*, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas, em curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; [...] O quarto é o das *políticas constitutivas*, que lidam com procedimentos [...]. (SOUZA, 2006a, p. 5, grifos nossos).

Sobre a subdivisão da política em ciclo <sup>2</sup>, Frey (2000) parece atribuir consistência do ponto de vista analítico, pois possibilita distinguir a percepção e a definição de problemas (agenda), a tomada de decisões (formulação), a implementação (execução) de políticas e a avaliação política e/ou da política, subsidiando eventual correção nos rumos da(s) política(s). Para Cavalcanti (2006), por sua vez, o ciclo da política (*policy cycle*) é um processo dinâmico, devendo envolver os formuladores, os executores e os sujeitos ou beneficiários da política pública.

No Brasil, conforme Souza (2006b), as discussões em torno da agenda das políticas públicas, enfocando os problemas sociais, se desencadearam pela primeira vez em 1979. O interesse pelos estudos nessa área data dos anos de 1980 e de 1990, quando a ideia de Reforma do Estado tornou-se um dos princípios norteadores da agenda pública. Atualmente, observa-se maior participação de setores ou instituições sociais nesse processo, fazendo com que a agenda pública não se reduza a governos ou técnicos, mas que ocorra o envolvimento e a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de representantes dos grupos de interesse das políticas públicas, tanto na agenda quanto na formulação.

Com a formulação, pois, se definem os princípios e as concepções que fundamentam os conteúdos e os objetivos, as metas e os recursos, dentre outros aspectos. “Na visão clássica do *policy cycle*, a formulação é desenvolvida por uma autoridade, ou por um conjunto de autoridades que expressam suas escolhas, preferências que podem divergir daquelas que a sociedade considera relevante” (CAVALCANTI, 2006, p. 3).

Assim, numa perspectiva mais participativa, a ideia de formulação do *policy cycle* não ficaria restrita à visão de que os formuladores são pessoas ou agências revestidas de alguma autoridade, mas também incluiria os sujeitos ou beneficiários da política, o que ainda é um desafio na realidade brasileira, em que o financiamento da maioria das políticas sociais depende de apoio e fomento de agências externas, como o Banco Mundial, cuja concepção na formulação e implementação de políticas públicas geralmente não possui viés e orientações de cunho democrático ou participativo quanto à elaboração e implementação das iniciativas governamentais, visto o seu caráter técnico, meritocrático e regulador.

No que diz respeito à fase da implementação, portanto, no ciclo da política, esta significa precisamente levar a cabo, lograr, realizar, produzir ou completar uma ação, o que no Brasil é gargalo no âmbito das políticas, sobretudo porque geralmente se descaracterizam do desenho original ou porque são descontinuadas (AZEVEDO, 2018). Talvez por isso “[...] os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase de formulação” (FREY, 2000, p. 228). Além disso, também é relevante considerar que

[...] a implementação de políticas ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação, mutação esta que é inteiramente *alheia à vontade dos implementadores* [...] Ou, ainda, é possível que um fato novo, que pode ser desde um escândalo de natureza política até uma alteração (inesperada) em uma variável econômica extremamente relevante, implique modificações [...] (ARRETICHE, 2001, p. 51-52).

Parte da literatura esclarece, ainda, que a implementação de uma política depende do cumprimento de suas ações e metas, pois “[...] la implementación puede considerarse como un proceso de interacción entre



la fijación de metas y las acciones engranadas para alcanzarlas” (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1998, p. 55). Neste sentido, a implementação somente ocorre, segundo os autores, quando a política se transforma em programa, sendo um processo que ocorre logo após um determinado projeto transformar-se em lei, diretrizes, dentre outros marcos que fazem as decisões políticas em propostas de serviços públicos executáveis, conforme também sugere Pedone (1986). Igualmente à perspectiva teórico-metodológica de Pressman e Wildavsky (1998), entende-se que essa fase se consolida quando a legislação que regulamenta o programa é aprovada, “[...] e quando recursos tenham sido destinados no orçamento ou por outros meios de custear a atividade” (PEDONE, 1986, p. 31).

De acordo com Azevedo (2018), no Brasil, a configuração das políticas públicas pode se traduzir em quatro categorias operacionais: a) programa; b) projeto; c) atividade e d) operações especiais. Em educação, geralmente, a terminologia mais usada é a de programa e de projeto, assim definidas:

*Programa*: instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas [...]. *Projeto*: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre com a expansão e o aperfeiçoamento da ação do governo (SILVA; COSTA, 2000, p. 10, grifos nossos).

A compreensão desses conceitos, portanto, é fundamental para que não se atribuam terminologias inadequadas às políticas públicas, sobretudo para não se confundir ou tornar sinônimas as categorias, bem como melhor compreender a concepção e os fundamentos do Programa Mulheres Mil, o qual será descrito a seguir.

### 3 O PROGRAMA NACIONAL MULHERES MIL E A PERCEPÇÃO DOS SEUS ESTUDIOSOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa dão conta de 68 trabalhos acadêmicos, sendo, respectivamente, 54 dissertações e 14 teses no período de 2013 a 2020.

No Gráfico 1, dispõem-se as informações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores “Programa Mulheres Mil” e “Programa Nacional Mulheres Mil”, conforme já mencionamos anteriormente inclusive separando as dissertações e teses. Verificou-se, pois, que as produções tiveram um aumento significativo no ano de 2015, e, posteriormente, sofreram decréscimo até 2020.

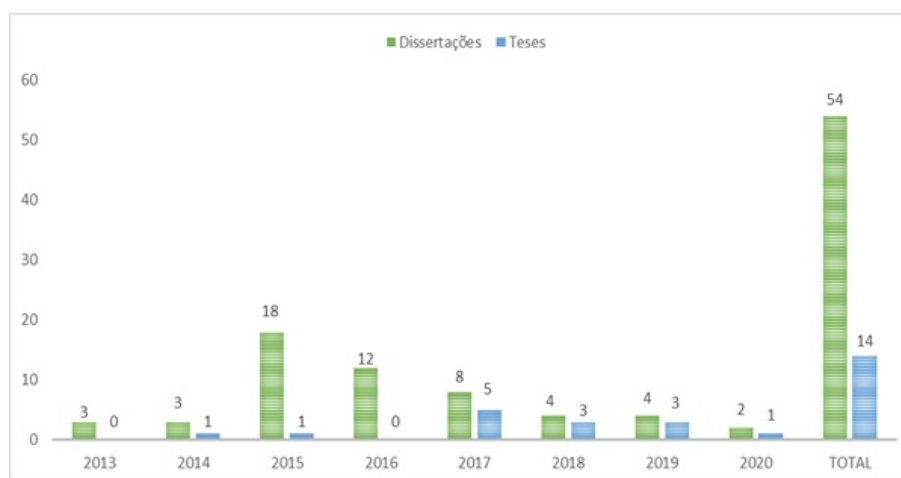


GRÁFICO 1.  
Produções Acadêmicas *stricto sensu* sobre o PMM no Brasil - 2013-2020

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

No Gráfico 2, por sua vez, agruparam-se os trabalhos por Região do Brasil, em que pôde ser observado que a produção acadêmica sobre o PMM se concentra no Nordeste e Sul.

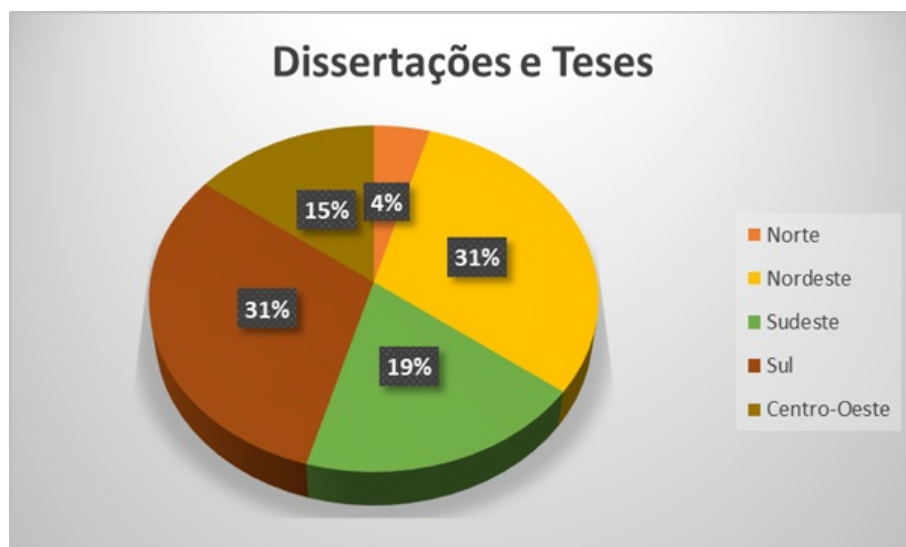


GRÁFICO 2.  
Produções Acadêmicas Programa Mulheres Mil por Regiões do Brasil – 2013-2020

Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Visualizou-se, portanto, que a produção acadêmica sobre o PMM apresenta baixos números nas regiões Norte e Centro-Oeste, sendo 4% e 15%, respectivamente, além de que o número de produções no Nordeste e Sul é elevado, sendo 31% para ambos, demonstrando que os estados das regiões Nordeste e Sul do Brasil concentram 62% das produções acadêmicas, de 2013 a 2020, sobre o PMM. O baixo índice de produção acadêmica em nível *stricto sensu* nas regiões Norte e Centro-Oeste em relatórios de Dissertações e Teses se deve talvez ao fato de naquelas regiões os Programas de Pós-Graduação mais voltados aos enfoques das Ciências Humanas e Sociais, áreas em que predominam as pesquisas sobre o PMM, estejam concentrados nas Universidades, onde o interesse pela análise e avaliação do referido Programa mostrou-se incipiente.

Neste sentido, considera-se importante ressaltar que na discussão dos resultados se apresentam as referências das dissertações que tratam efetivamente do PMM, posto que foram retiradas as produções de Almeida (2016), Costa (2017), Freitas (2020), Heckler (2017), Lagos (2014), Giraldo (2017) e Mello (2016), uma vez que, apesar de terem sido encontradas através da busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, ao serem lidos os trabalhos, constatou-se que não analisam o PMM, bem como se observou que 08 trabalhos não constavam o texto completo, maioria por não ter sua divulgação autorizada, cujos motivos não estão explicitados, quais sejam: Altoe (2017), Campos (2015), Carvalho (2016), Costa (2014), Corcetti (2018), Damasceno (2017), Diniz (2018), Frazão (2018), Guerra (2016), Nascimento (2015), Oliveira (2020), Santos (2015) e Silva (2016).

Para Almeida (2018), O PMM implantado em 2011, no IFAL, vem crescendo e se estabelecendo nos Institutos Federais de todo o Brasil, sendo posto como importante política inclusiva na promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Nos estudos de Amorim (2015), visualizou-se que o Programa é uma política social de inclusão e gênero, que possibilita o acesso à educação profissional, ao trabalho e à renda através de espaços, escolhas, novos significados e sentidos, em especial das mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Segundo Alves (2015), o Programa Mulheres Mil se tornou parte do conjunto de prioridades das políticas públicas no Governo Brasileiro, visto sua atuação na promoção da equidade entre sexos e no combate à violência contra a mulher, o qual, em 2011, através da Portaria MEC n.º 1.051, passou a constituir uma das ações do Plano Brasil sem Miséria. Entretanto, ainda é cedo para concluirmos se o PMM conseguirá

consolidar-se como uma política prioritária, visto que no Brasil o ciclo das políticas públicas para a educação e para os sujeitos mais vulneráveis historicamente é sempre interrompido, antes mesmo de ser avaliado, conforme explicitam Pressman e Wildavsky (1998) e Azevedo (2018). É importante observar ainda que a consolidação de iniciativas, como o PMM, depende de financiamento público e destinações orçamentárias próprias, sobretudo das políticas focalizadas, como observa Pedone (1986).

Araújo (2015), por sua vez, compreende o PMM enquanto uma política que responde à forma estatística, levando em consideração a desigualdade alarmante na sociedade. Para tanto, ao mesmo tempo que o sistema econômico exclui, o Estado cria programa para minimizar a questão social da desigualdade social, e, assim, chega a política de educação do PMM ao Campus de Ilhéus, como forma de garantir a inclusão e emancipação de mulheres do entorno.

Azevedo (2017), neste sentido, diz que o programa se define como Política Pública e parte de algo maior, de uma demanda social para a busca de implementação de Políticas Públicas para Mulheres, estando, dessa forma, relacionando-se com a questão regional. Concomitante a esta relação, o programa tem como fruto a luta das mulheres por mais espaço, por menos desigualdade social, inclusive nas relações de trabalho. Isso apresenta-se como um exponencial desafio ao PMM, visto que no geral o desenho, o planejamento e a própria execução das políticas e dos programas, como o PMM sofrem mudanças significativas, sobretudo no que diz respeito aos resultados e impactos, como mostra Frey (2000). Ademais, também é recorrente que a própria implementação não seja executada com base nos princípios explicitados na formulação e no interesse dos próprios sujeitos beneficiários, como destaca Cavalcanti (2006).

Para Bravin (2015), a estruturação do Programa Mulheres Mil, sendo ofertado pelos Institutos Federais, busca suprir a demanda do frágil acesso à educação profissional. Considera-se, por outro lado, que o Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil visa à organização de arranjos produtivos socioculturais locais (APSL), além do incentivo ao microempreendedor. Com base no que analisamos, além dos aspectos mencionados por Bravin (2015), é importante considerar também que a implementação de programas como o PMM é resultado de demandas e iniciativas decorrentes de um sistema de relações, como explicita Arretche (2001), tanto em nível das esferas pública e privada, quanto no arcabouço de programas e projetos já implementados, que sofrem adequações ou adaptações.

Na percepção de Cardoso (2015), o PMM é bem elaborado à medida que promove o acesso e a continuidade em sua proposta de acompanhamento e apoio à permanência das educandas em um ambiente propício a torná-las protagonistas de sua história, mas complexo em sua implementação e execução. Ademais, o PMM tem natureza e configuração curricular diferente daquelas ofertadas por meio de cursos técnicos e com maior abrangência formativa e curricular.

De acordo com Carmo (2019), o PMM, enquanto política pública afirmativa de inclusão social e equidade, interfere na vida das participantes do Programa ao proporcionar conhecimento, promover a elevação da autoestima, influenciar positivamente o bem-estar subjetivo feminino e, conseqüentemente, contribuir para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Já no trabalho de Costa (2018), considera-se que, no PMM, predomina-se a perspectiva tradicional de gênero, impactando numa formulação de cursos atada à divisão sexual dos papéis e compreensões convencionais do feminino, uma vez que capacita mulheres para o desempenho de atividades voltadas para a esfera do cuidado, que podem ser desenvolvidas no âmbito doméstico.

Para Cota (2017), o discurso sobre o papel das mulheres no PMM visa a uma discussão acerca das políticas públicas voltadas para a garantia da participação social das mulheres, tendo em vista que, na atualidade, as mulheres ainda não possuem as mesmas oportunidades que os homens. Contudo, a participação social ainda é um gargalo no ciclo da política pública, visto que já na agenda dificilmente os sujeitos-beneficiários tomam parte das escolhas e do processo decisório.



Coutinho (2015) desenvolve sua pesquisa percebendo o programa como uma política pública que almeja proporcionar às mulheres em condição de vulnerabilidade social a inclusão educacional, social e cidadã através da formação profissionalizante, de maneira a fomentar o empoderamento e a equidade de gênero.

Duarte (2016) fundamenta seu trabalho partindo da concepção do PMM como fruto de uma formação discursiva que tem se difundido no mundo, no sentido de criar ações afirmativas para incluir aqueles que vêm sendo excluídos socialmente há tempos, neste caso específico: as mulheres. Desse modo, a investigação delineada está diretamente ligada ao gênero feminino e à educação profissional.

Para Ferreira (2016), o Programa Mulheres Mil compreende um processo de envolvimento da comunidade para somar valores de solidariedade na atividade produtiva às ações de consumo sustentável, com a qualificação profissional, promovendo o desenvolvimento humano dessas mulheres e possibilitando melhores condições de vida.

Gois (2016), de outro modo, interpreta o Programa como tendo o objetivo de capacitar mulheres para que alcancem o empoderamento e sejam capazes de desenvolver suas habilidades no campo socioeconômico. Nessa perspectiva, pois, pode-se considerar a proposta do PMM como uma alternativa para combater as desigualdades de gênero no Brasil por meio da redução da divisão sexual do trabalho.

Segundo Gomes (2014), as dimensões do programa compreendem como resultado muito mais que um emprego: enquanto educação profissional, quando trabalhada de forma transversal e interdisciplinar, oportuniza à mulher uma atitude de mudança, uma vez que contribui para o fortalecimento de sua cidadania, instrumentalizando-a para alcançar um papel social mais relevante e atuante.

Gomes (2015) desenvolve a discussão do tema no contexto da implementação de políticas públicas que visam à inclusão, à equidade de gênero, à emancipação e ao empoderamento das mulheres pelo acesso à educação e ao mundo do trabalho, tendo, como exemplo dessas políticas, no Brasil, o Programa Nacional Mulheres Mil.

Lopes (2015) aponta, em seus estudos, que, no caso do Programa Mulheres Mil, pretende-se oportunizar a inserção social e econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade, proporcionada pela formação profissional, uma vez que, nessa política pública, percebe-se a presença da intervenção internacional agindo sobre a função de regulação do Estado e, conseqüentemente, impactando as ideias e as ações colocadas em prática para sua execução.

Nos estudos de Mantovani (2015), desenvolvido no âmbito do Paraná, a formação profissional proporcionada às mulheres pelo PMM (IFPR) as inseriu no trabalho informal; em outros casos, a qualificação não resultou em nenhum tipo de inserção no trabalho. O programa, como educação profissional e tecnológica, permitiu evidenciar que as ações de qualificação voltadas a um público-alvo considerado vulnerável ocupam, no discurso governamental, certo destaque.

Depreendendo-se dos aspectos descritos e explicitados anteriormente, com os quais concordamos e que são próprios dos objetivos do ciclo da política pública e do próprio PMM, a observação de Lopes (2015) desvela o caráter regulatório e mesmo provisório e de descontinuidade que a maioria das iniciativas governamentais possuem. Souza (2006a) chama a atenção para o caráter redistributivo que certas políticas possuem, com significativo alcance de beneficiários, com perdas concretas na continuidade e resultados, em curto prazo e ganhos sociais incertos, para grupos sociais como o que atende o PMM.

Para Melo (2019), a política do PMM desvelou uma problemática até então pouco visível ou discutida: a relação entre gênero e pobreza. Entretanto, para ele, o programa não alcança o objetivado em suas bases conceituais, pois, além de não ter sido capaz de gerar a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, também não as proporcionou um nível real de emancipação.

Em Michelotti (2013), o Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, uma formação que permite a elevação da escolaridade, a emancipação e o acesso ao mundo do trabalho através do empreendedorismo, da empregabilidade e de formas associativas.

Nascimento (2017) entende que os resultados de uma política que se fundamenta em promover a educação para pessoas em condição de vulnerabilidade não têm o seu sucesso evidenciado através de números, dada a complexidade e a amplitude das experiências vividas e experimentadas.

Condizente aos resultados analisados de Nunes (2016), eles apontam a evolução em grande parte do grupo das egressas no que se refere à apreensão de conhecimento profissional, que se coaduna com melhorias na empregabilidade e atividades empreendedoras, dando resposta positiva para a proposição do programa Mulheres Mil.

Em Oliveira (2013), é irrefutável que o programa Mulheres Mil tem proporcionado às mulheres a elevação da sua autoestima, despertando-as para a inserção em cursos profissionalizantes, para os conhecimentos sobre alguns direitos sociais e para a saída do mundo privado para outros ambientes públicos antes não frequentados. Numa conjuntura social amparada em padrões machistas e patriarcais, tais aspectos têm relevância e contribuem para que se traga ao centro de debates fatores importantes relativos à participação da mulher na sociedade.

Oliveira (2014) avalia o PMM enquanto Política Pública desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus* Iguatu, apontando enquanto proposta não somente a qualificação profissional, mas o reconhecimento da importância dessas mulheres em suas famílias e comunidades. Pereira (2015) constatou que, na proposta de inclusão do PMM, são utilizadas palavras de caráter humanitário, fazendo com que, na aparência, o programa responda às reivindicações da classe trabalhadora, mas, essencialmente, aglutine forças à hegemonia do capital por meio do discurso político. Identificou-se, também, que a perspectiva de inclusão social vinculada ao PMM está fortemente ligada à geração de renda, ao incentivo à empregabilidade e ao empreendedorismo, bem como à assistência social, na orientação das mulheres à busca de seus direitos básicos.

Para Pinheiro (2019), o Programa Mulheres Mil, enquanto política pública, mostra-se uma ação importante para a vida das mulheres, abordando sua inclusão na sociedade e possibilitando a qualificação para o mercado, modificando, assim, a realidade em que estão inseridas, trazendo, assim, resultados para a comunidade científica e para a sociedade em geral. De acordo com Ponciano (2017) e Ribeiro (2013), o programa em questão é uma política pública inclusiva de qualificação profissional com vistas a possibilitar o acesso, com exclusividade, de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade social à educação profissional e tecnológica, na tentativa de ampliar as oportunidades de acesso à qualificação, ao emprego e à renda, por meio de uma formação profissional e cidadã.

Rocha (2017) compreende o Programa Mulheres Mil como política pública que objetiva a ampliação dos direitos das mulheres quanto ao acesso à educação, tendo a educação profissional uma importante dimensão da construção da cidadania. Esse seria, portanto, o começo da travessia, numa tentativa de dar respostas à classe social de trabalhadores que aspiram por um lugar nessa sociedade competitiva, de forma a atender à formação humana cidadã.

No trabalho de Rodrigues (2017), o Programa Mulheres Mil é percebido como uma política pública de inclusão que tende a proporcionar a mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à qualificação, ao emprego e à renda, por meio de uma formação profissional.

Com outra perspectiva, Rosa (2016) trata o Programa Mulheres Mil como uma política recente, implementada nacionalmente em 2011, cuja relevância é centrada na articulação entre EJA e Educação Profissional, com recorte de gênero.

Já Silva (2015a) entende o PMM como uma das ações do Estado brasileiro, coordenada pelo Governo Federal, que tem como um de seus propósitos a formação profissional e tecnológica articulada com a elevação do nível de escolaridade de mulheres de baixa renda. Entretanto, para Silva (2015b), o programa não resolve problemas históricos relacionados às questões de gênero, saúde, educação e trabalho, mas, por outro lado, avança no tocante a uma metodologia e a uma sensibilização das mulheres para um algo a mais.

Para Silva (2016) e Silva (2019), trata-se de um programa digno para quem participa deles, desde a gestão até a sala de aula, e está vinculado à educação profissional como uma resposta às demandas das mulheres em situação de vulnerabilidade. Neste estudo, indicam-se cursos de qualidade, com sustentabilidade e num formato compatível com a realidade de cada localidade, para que elas possam adquirir autonomia, dignidade e cidadania.

Souza (2018) aborda as políticas públicas executadas no recorte de gênero com elementos fundamentais para a contribuição da inclusão da mulher, de modo a fomentar as equidades nas mais diversas esferas, sejam elas sociais, econômicas, políticas e culturais. É, portanto, dentro desta perspectiva que se encontra o Programa Mulheres Mil.

Como resultado da pesquisa de Tavares (2019), são destacadas as categorias Gênero, Empoderamento e Vulnerabilidade Social, presentes no discurso oficial do PMM, percebido como programa educacional com potenciais social e psicológico para a vida das mulheres.

Teles (2015) apresenta as políticas públicas como parte das ações do governo que visa a promover o desenvolvimento social. Nesse sentido, aponta que as políticas públicas vinculadas à educação, ao trabalho e ao emprego têm crescido nos últimos anos.

Já Tunin (2015) concebe que, de acordo com os princípios e diretrizes preconizados pelo Programa Mulheres Mil, torna-se um desafio atingir e executar todas as ações programadas com os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Tupina (2015) enfatiza como o PMM se alimenta do pressuposto de que a qualificação profissional de mulheres pobres é o caminho ideal para a promoção da igualdade entre gêneros e o combate à pobreza. No entanto, considera que ele precisa ser visto como mais que um programa social, mas como um espaço de formação profissional, o que exige que as mulheres sejam cobradas e avaliadas até o ponto verdadeiramente necessário para que se tornem profissionais, levando em consideração o contexto social e as dificuldades individuais. É necessário, pois, que elas sejam vistas como alunas da instituição e não como projeto social da instituição.

Em Zago (2016), este programa, considerado uma política pública inclusiva, foi instituído aos IFs como projetos de extensão, com o intuito de oportunizar às mulheres em condições de vulnerabilidade social o acesso à educação, à cidadania e à qualificação profissional.

Ao considerar o referido programa como uma política pública de educação profissional com recorte de gênero, as discussões dos trabalhos frisam mais do que a inserção no mundo do trabalho remunerado como resultado de avaliação, mas, sim, como a metodologia e proposta inclusiva do programa fortaleceu o empoderamento das participantes.

Silva (2015a) percebe o PMM como um avanço, mas não como uma política que traga resolutividade a problemas históricos. Já os estudos de Rocha (2017) apresentam sua importância para a construção da cidadania a partir da ampliação dos direitos das mulheres, embora considere que ainda há um longo caminho a ser percorrido. As dissertações construídas em torno do tema, de acordo com o exposto acima, demonstram a percepção dos autores e autoras sobre o Programa enquanto política de inclusão e de acesso à educação profissional, considerando a inserção das mulheres no mundo do trabalho e a geração de renda, bem como olhando para a formação cidadã, a dignidade e a transformação da subjetividade dessas mulheres.

Acerca das teses de doutorado, as quais compreendem o período entre 2014 e 2019, apresentam-se, a seguir, as percepções identificadas de acordo com seus autores.

Linhares (2019), que apresenta o Programa Mulheres Mil analisado sob a ótica da Cultura de Si, revelou importantes práticas discursivas que se engendram como um dispositivo eficaz na produção de subjetividades. Pode-se considerá-lo, pelos textos analisados, que sua organização se dá em função da transformação do outro e em função de tecnologias do eu bem determinadas. Para Medeiros (2019), por conseguinte, o Programa representa uma política de educação técnico-profissional, inclusiva, de caráter afirmativo e voltado à questão

de gênero, que teve desdobramentos positivos percebidos através da incorporação ao trabalho pela via do cooperativismo e associativismo.

Moraes (2018), por sua vez, discute as dimensões que materializam o Programa a partir das participantes, atentando para a herança educativa e o compreendendo no contexto da qualificação profissional que se sustenta na educação, desenvolvimento sustentável e cidadania. Já Trindade (2017) identifica o Programa Mulheres Mil como uma política realizada através do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, emergindo no contexto contemporâneo econômico neoliberal, que tem no indivíduo – nas mulheres – a sua força de trabalho e o seu capital.

Viana (2019), por fim, aponta que, no Brasil, o Programa Mulheres Mil procura, através da educação, principalmente do ensino profissional, proporcionar oportunidades às mulheres em vulnerabilidade econômica e social, que vivem em situação de miséria ou pobreza, mudando a realidade em que estão inseridas. Assim, pode ser um modelo a ser seguido não só para a formação de mulheres, como também das demais pessoas que se encontram em vulnerabilidade econômica e social.

As análises das teses demonstram, portanto, que a maior parte das produções acadêmicas que estuda o Programa Mulheres Mil traz em sua abordagem a concepção do Programa Mulheres Mil como política estratégica para mitigação da situação de pobreza das mulheres brasileiras, cuja implementação acompanhou a agenda de políticas de inclusão do governo brasileiro, que, neste caso em especial, iniciou, como projeto de cooperação internacional através da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e da Associação de *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC), nos anos 2000, sua formulação, tomada de decisão, implementação, avaliação e processos de integração das políticas públicas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível visualizar que, no contexto e no transcorrer do ciclo das políticas públicas, entrecruzam-se relações de forças nas diferentes esferas dos entes federados, principalmente no processo de formulação e de implementação de políticas públicas, cujas fases foram contextualizadas e problematizadas com base na realidade do Programa Mulheres Mil.

Constatou-se, ainda, que, no Brasil, geralmente as iniciativas governamentais integram vários níveis de governo e de agentes não governamentais, sendo raro os programas que não são implementados permeados por um sistema de relações intergovernamentais e de parcerias das mais diversas com a sociedade civil, embora nem sempre os sujeitos ou beneficiários participem direta e/ou ativamente das etapas iniciais do ciclo das políticas públicas, a saber a agenda, a formulação e a implementação.

Ao longo da leitura das produções acadêmicas em níveis de Dissertações e Teses, evidenciou-se que a formação profissional oferecida pelo PMM se enquadra no escopo das ações de políticas focalizadas e redistributivas junto aos setores social e economicamente mais pobres, o que é bem próprio das iniciativas governamentais financiadas pelas agências externas, como o Banco Mundial, mas que no caso do PMM tem a matriz de financiamento pautada nos *Colleges* Canadenses.

Observou-se, pois, que as ressonâncias acadêmicas do PMM têm rebatimentos em todas as regiões do País, conforme mostram as produções acadêmico-científicas levantadas, a saber em 20 Estados da Federação e no Distrito Federal, havendo a maior representatividade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia das regiões Nordeste e Sul.

Por fim, é importante destacar que os estudos e as pesquisas em torno do PMM ainda são incipientes no âmbito da educação profissional, ao se considerar outros programas, como o PROEJA e o PRONATEC, constituindo-se, assim, o Programa Mulheres Mil como relevante problemática e pertinente objeto a ser investigado, sobretudo no que diz respeito à análise e avaliação de políticas públicas como pesquisas científicas.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, U. G. **A violência Obstétrica na Perspectiva das Egressas do Programa Mulheres Mil, Mulheres do Vale em Minas Gerais**. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.
- ALMEIDA, D. C. **Avaliação de Políticas Públicas: um Estudo de Caso do Programa Mulheres Mil em Alagoas com enfoque na Eficiência, Eficácia e Efetividade**. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- ALTOE, A. P. **O Estado e a Cidadania Feminina: Vozes das Mulheres Mil**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.
- ALVES, C. B. C. **Programa Mulheres Mil no Campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: Uma Possibilidade de Inclusão Social e Acesso à Educação**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.
- AMORIM, J. M. M. **Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no programa nacional mulheres mil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, IFTO**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- ARAÚJO, S. M. P. **Mulheres em Situação de Fragilidade Social e o Programa Mulheres Mil: o Papel das Políticas na Perspectiva de Emancipação para o Trabalho**. 2015. 151 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. (org.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2001. p. 43-55.
- AZEVEDO, A. N. M. **Divisão Sexual do Trabalho e Questão Regional: Trajetória das Desigualdades e suas Relações**. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional Instituição de Ensino) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.
- AZEVEDO, M. A. **Avaliação de políticas públicas como pesquisa científica e o Programa Escola Ativa: 20 anos depois**. Curitiba: CRV, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Mulheres Mil e Associação dos Colleges Comunitários do Canadá, ACCC**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, SETEC, MEC, 2007.
- BRAVIN, S. M. R. **A Contribuição do Programa Mulheres Mil para a Formação de Capital Social**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.
- CAMPOS, J. M. S. **Qualificação Profissional de Mulheres e a Segurança Alimentar e Nutricional**. 2015. 150 f. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- CARDOSO, G. L. **Políticas Públicas de Apoio à Inclusão Socioeconômica de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade: a Visão dos Gestores sobre o Programa Nacional Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- CARMO, N. C. **Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional**. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- CARVALHO, A. R. **As Políticas Públicas de Certificação: Uma Análise de Conteúdo da Proposta do Programa Mulheres Mil (2014)**. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2016.
- CAVALCANTI, M. M. A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Revista Interfaces de Saberes**, 2006. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-politicas-as-publicas-e-programas-governamentais-uma-abordagem-conceitual>. Acesso em: 11 fev. 2008.
- CORCETTI, E. **Análise do Policy Design do Programa Mulheres Mil: Caminhos da Inclusão?** 2018. 215 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.



- COSTA, V. M. **Letramento Multissemiótico por Meio do Infográfico: um Estudo de Caso com Alunas do Programa Mulheres Mil.** 2014. 256 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- COSTA, M. E. P. **Práticas de Letramentos: os Gêneros como Mediadores dos Letramentos de Estudantes do Programa Mulheres Mil.** 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- COSTA, G. A. **Gênero, Trabalho e Políticas Públicas: Uma Análise da Qualificação Profissional no Programa Nacional Mulheres Mil.** 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.
- COTA, C. A. S. **O Discurso sobre o Papel das Mulheres no Âmbito do Programa Mulheres Mil.** 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.
- COUTINHO, J. M. **As Trilhas do Empoderamento Feminino no IFBaiano, Campus Uruçuca.** 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- DAMASCENO, P. **O Programa Mulheres Mil Pela Via Trabalho e Educação: uma Experiência Desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.** 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação De Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- DINIZ, M. R. M. **Vozes em Diálogo no Promil: Uma Construção Discursiva em torno do Ser Feminino.** 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE, PUC-SP, 2001. p. 15-42.
- DUARTE, K. C. F. P. **Identidade de Gênero Feminino no Programa Mulheres Mil: Verdades, Poder e Subjetivação.** 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.
- FERREIRA, S. M. **“Mulheres Mil” Como Política Pública de Inclusão Social: uma Análise do Empoderamento Feminino.** 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- FRAZÃO, R. C. **A Produção de Cartas das Mulheres/Alunas do Programa Mulheres Mil Como Objeto de Pesquisa em História Da Educação, Campus Açailândia, MA 2012-2013.** 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.
- FREITAS, A. M. L. **Políticas públicas, gênero e autonomia econômica das mulheres.** 2020. 261 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual De Montes Claros, Montes Claros, 2020.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **IPEA**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GIRALDO, A. F. R. **Processo De Modificação de Modos de Vida Em Um Distrito Rural da Serra do Espinhaço Meridional sob Impacto de Atividade Minerária.** 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017.
- GOIS, E. L. P. **Programa Mulheres Mil: Interfaces de Gênero na Capacitação de Mulheres para o Mercado de Trabalho em Palmas.** 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.
- GOMES, A. S. **O Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Amapá, IFAP, Campus Macapá: um Estudo sobre os Impactos do Curso de Assentamento de Cerâmica e Porcelanato na Vida das Egressas.** 2014. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.
- GOMES, C. N. B. **Programa Mulheres Mil: uma Oportunidade de Reinserção Social Cidadã às Reeducandas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal.** 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GUERRA, S. C. **Relevância do Programa Mulheres Mil Para o Capital Social das Participantes.** 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

- HECKLER, G. L. **A Docência na Educação de Jovens e Adultos: um Estudo a Partir do Programa Mulheres Mil no IFSUL – Campus Sapiranga/RS**. 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.
- LAGOS, M. B. **"Palmas para mulheres mil" em comunidades quilombolas: a participação do IFPR, Câmpus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. 2014. 140 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.
- LINHARES, F. F. L. **Práticas discursivas e cuidado de si: a constituição de subjetividades de alunas do Programa Mulheres Mil na escrita dos mapas da vida**. 2019. 160 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- LOPES, M. C. R. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás (2011-2013): a Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho sob o Olhar de Gestoras(es) e Professoras(es)**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.
- LOWI, T. American business, public policy, case studies and political theory. **Word politics**, n. 16, p. 677-715, 1964.
- MANTOVANI, T. R. A. **A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.
- MEDEIROS, A. N. C. **Políticas educacionais e o combate à pobreza: uma análise sobre o Programa Mulheres Mil**. 2019. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- MELLO, J. A. **A Modelagem Matemática na Perspectiva Sócio-Crítica: uma Experiência em um Curso de Costureiras**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MELO, M. S. **Programa mulheres mil no IFCE campus de Limoeiro do Norte: uma análise da inserção no mercado de trabalho das egressas, uma possibilidade de protagonismo feminino ou um reforço do papel tradicionalmente destinado às mulheres?** 2019. 253 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- MICHELOTTI, A. A. H. **Proposta de Portfólio como Instrumento de Reconhecimento e Avaliação de Aprendizagens no Programa de Qualificação Profissional Mulheres Mil**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Científico e Tecnológico) – Univ. Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Erechim, 2013.
- MORAES, M. G. **Mulheres Analfabetas e Inscrições de suas Heranças: Aproximações e Distanciamentos na Educação de suas Filhas**. 2018. 157 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.
- NASCIMENTO, S. D. **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- NASCIMENTO, G. V. **Programa Mulheres Mil: Um Estudo de Caso no IFPE – Campus Ipojuca**. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Recife, 2017.
- NUNES, W. B. S. **Capital Social e o Programa Mulheres Mil no Âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Imperatriz**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.
- OLIVEIRA, M. A. S. M. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: Interfaces com a Educação e o Trabalho**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- OLIVEIRA, S. A. A. **Mulheres, Conquistando Espaços Dentro do Instituto Federal de Educação Ciência E Tecnologia Do Ceará, IFCE, Campus Iguatu**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.

- OLIVEIRA, E. S. **Território e saberes locais: a experiência do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Alagoas, Campus Arapiraca**. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Cultura) – Universidade Estadual De Alagoas, Arapiraca, 2020.
- PEDONE, L. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. Brasília: FUNCEP, 1986.
- PEREIRA, J. S. A. **Programa Mulheres Mil: uma Análise no Campo das Políticas de Inclusão do IFSC**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- PINHEIRO, L. J. O. **Programa Mulheres Mil e o empoderamento das mulheres em situação de vulnerabilidade social**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e sociedade) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2019.
- PONCIANO, R. R. **O Mundo do Trabalho e a Qualificação Profissional [Manuscrito]: Análise das Egressas do Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Itumbiara**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. **Implementación: cómo grandes expectativas concebidas en Washington se frustran en Oakland**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- RIBEIRO, L. E. G. **A Qualificação Profissional e Cidadã: um Estudo do Programa Mulheres Mil, a Partir da Experiência do Instituto Federal de Goiás, Câmpus de Luziânia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ROCHA, R. C. **O Programa Nacional Mulheres Mil no Contexto das Políticas Públicas de Educação Profissional no Brasil**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.
- RODRIGUES, S. H. O. **A Inserção das Mulheres Participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará, IFCE, Campus Fortaleza, no Mercado de Trabalho**. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2017.
- ROSA, S. M. M. **Reconhecimento de Saberes no Programa Mulheres Mil: entre a Colonialidade do Poder e de Gênero**. 2016. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- SANTOS, M. A. P. **Programa Mulheres Mil e o Desenvolvimento Comunitário: um Estudo sob a Ótica da Tecnologia Social**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015.
- SILVA, C. R. C. **Programa Mulheres Mil: Subjetividade, Inclusão e Governabilidade**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015a.
- SILVA, C. M. **Formação de trabalhadoras: o Programa Mulheres Mil sob o Olhar de suas Educadoras**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015b.
- SILVA, R. C. C. **O Programa Mulheres Mil: uma avaliação no IFPE - Campus Caruaru**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- SILVA, S. F. **Cidadania e Formação Profissional de Mulheres: uma Análise do Programa Mulheres Mil no Município de Guarabira/PB**. 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- SILVA, P. L.B.; COSTA, N. R. Avaliação de políticas públicas na América do Sul. Avaliação de programas públicos: uma estratégia de análise. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 5., 2000, Santo Domingo, República Dominicana. **Anais [...]**. Santo Domingo, República Dominicana: 2000. p. 1-22.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- SOUZA, L. M. A agenda e as agendas no Brasil. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2006b. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3190>. Acesso em: 25 ago. 2022.

- SOUZA, L. L. **Política Pública para Mulheres Através do Programa Mulheres Mil: ações no Instituto Federal de Pernambuco**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- TAVARES, P. M. **Programa mulheres mil no IFsul, Campus Pelotas**. 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas, 2019.
- TELES, F. B. M. **Programa Mulheres Mil: um Olhar sobre a Inserção das Egressas no Mundo do Trabalho**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- TRINDADE, F. M. **As Significações do III Plano Nacional de Políticas Para As Mulheres e do Programa Mulheres Mil: Educação Profissional para Mulheres Pobres**. 2017. 259 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.
- TUNIN, A. S. M. **A Escola e sua Vertente Social: uma Análise do Programa Mulheres Mil enquanto Política de Inclusão nos Institutos Federais de Educação**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.
- TUPINA, E. S. **Políticas Públicas para Mulheres de Baixa Renda no Brasil: Estudo de Caso sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora**. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- VIANA, S. W. **Programa Mulheres Mil: a Educação Profissional contribuindo para a redução das desigualdades social e econômica das mulheres e seu resgate social**. 2019. 143 f. Teses (Doutorado em educação em ciências química da vida e saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- ZAGO, R. C. **Inovação Social: Estudo do Programa Mulheres Mil**. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

## NOTAS

- 1 Conceito usado por Lowi (1964) para definir os espaços em que se desenham as tipologias de políticas.
- 2 Em algum momento, os debatedores da Mesa Temática expuseram a discordância à ideia de ciclo (*policy cycle*), cuja abordagem delineia-se na conjuntura das análises de políticas (*policy analysis*). Essa concepção “[...] acaba se revelando um modelo heurístico bastante interessante para a análise da vida de uma política pública. As várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram em cada fase” (FREY, 2000, p. 226).

## INFORMACIÓN ADICIONAL

**COMO CITAR (ABNT):** AZEVEDO, M. A.; DUARTE, T. T. S.; ARAÚJO, S. F. S. O Programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível *stricto sensu* (2013-2021). *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, v. 24, n. 2, p. 601-621, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p601-621>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16989>.

**COMO CITAR (APA):** Azevedo, M. A., Duarte, T. T. S., & Araújo, S. F. S. (2022). O Programa Mulheres Mil como política pública de educação profissional: levantamento e descritores das produções acadêmicas em nível *stricto sensu* (2013-2021). *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, 24(2), 601-621. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p601-621>